

1. Aspectos da caracterização da situação económica e social de Angola¹

1.1. Angola é um país normalmente conhecido como tendo grandes potencialidades económicas, não só porque detém um riquíssimo solo e subsolo, mas igualmente porque é uma das maiores potências petrolífera e diamantífera a nível mundial. No entanto, as estatísticas sociais apresentam alguns dos indicadores mais baixos do mundo. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2001, Angola encontra-se na 146.^a posição do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) entre 162 países. São os seguintes os indicadores de relevância²:

Quadro 1 Indicadores sociais de Angola

Esperança de vida à nascença em 1999 (anos)	45
Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais em 1999)	42
Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) em 1999	23
PIB <i>per capita</i> (dólares PPC) em 1999	3,179
Índice da esperança de vida em 1999	0,33
Índice da educação em 1999	0,36
Índice do PIB em 1999	0,58
Ordem do PIB (dólares PPC) menos ordem IDH em 1999	- 44
Valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1999	0,422

Fonte: Relatório do PNUD, ano 2001.

As fontes do PNUD informam igualmente que, na generalidade, os indicadores sociais de Angola estão abaixo dos da África subsariana. Esta realidade permite caracterizar o país como «o paradoxo do potencial». A razão dessa situação reside no facto de a história de Angola se confundir com a destruição sistemática dos seus recursos humanos (desde a escravatura aos dias de hoje), sendo que nas últimas três décadas essa destruição tem representado, na generalidade, a destruição de todo o tipo de forças produtivas. Guerras constantes e políticas económicas anti-sociais são factores apontados pelos estudiosos para essa grave situação. Como se vê no Quadro 1, a esperança média de vida está nos 45 anos, metade da europeia, o nível de analfabetismo é extremamente elevado, registando-se

um índice de educação muito baixo (0,36). Contudo, fica igualmente claro que o nível do PIB poderia permitir um melhor IDH, o que revela escasso investimento em áreas como a educação, a saúde e a assistência social, tudo conjugado com políticas discriminatórias que aprofundam o fosso entre ricos e pobres.

1.2. A evolução da produção

Em 1973, no derradeiro ano do regime colonial, Angola era um país praticamente auto-suficiente em bens alimentares. O café era um dos principais produtos de exportação e o petróleo começava então a despontar. A queda generalizada da produção pode ser verificada no quadro seguinte, patente na última coluna:

Quadro 2 Produção comparada 1973-1997

Sector	Unidade	1973	1997	Variação (%)
AGRICULTURA E PESCA				
Milho	1000 tons	854	370	- 57
Café (exportação)	1000 tons	213	3	- 99
Peixe	1000 tons	467	170 a)	- 64
MINEIRO				
Petróleo bruto	1000 b/d	172 b)	713	+ 315
Diamantes	1000 carats	1940	1212	- 38
Ferro ³	Milhões tons	6	0	- 100
INDÚSTRIA				
Cerveja	Milhões litros	172	72 a)	- 58
Têxteis	Milhões m2	18	3 a)	- 83
Cimento	1000 tons	768	204 a)	- 73
Refinados petróleo	1000 tons	743	1776	+ 139

a) 1996; b) 1974.

Fonte: Informação para cálculo a partir de Tony Hodges (*Angola from Afro-Stalinism to Petro Diamond Capitalism*, 2001), com base em dados primários do FMI e do INE.

Resulta que com excepção do petróleo e seus derivados, que experimentaram aumentos significativos, e dos diamantes⁴, que estão a

recuperar significativamente a sua posição (queda abaixo dos 40 por cento), todas as restantes produções estão demasiado abaixo dos níveis de há 25 anos, com quedas muito significativas, todas na ordem dos 50 por cento. Se adicionarmos a isso o facto de em termos de valor o preço das matérias-primas no mercado internacional ter caído dramaticamente, é fácil de ver a retracção económica sofrida nas últimas três décadas em virtude de se ter «mineralizado» a economia. Fica também claro que a economia tem sofrido um sério processo de desindustrialização, com significativas consequências no perfil da estrutura profissional dos trabalhadores.

A estimativa para o PIB a preços de mercado para o ano 2002, de acordo com informação recente do Ministério do Plano⁵, é de 321 916 milhões de kwanzas, ou seja, 8048 milhões de dólares à taxa de câmbio actual⁶. De 1997 ao ano de 2001 foram os seguintes os valores do PIB expressos em milhões de kwanzas: 1752; 2531; 16 987; 88 945; 198 126. A estrutura do PIB para 2002 mostra que as indústrias extractivas detêm 50,5 por cento (68,2)⁷, seguida dos «serviços mercantis» com cerca de 20 por cento (9,4) e «agricultura silvicultura e pescas» com 10 por cento (6,9). O crescimento do PIB a preços de mercado pode ser medido, por um lado, através da evolução que toma como índice o ano de (1992=100) e, por outro, pela sua variação anual, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 Crescimento do PIB (1996-2002)

1997	1998	1999	2000	2001	2002
102,2	107,8	110,7	114,7	120,8	139,5

Fonte: Ministério do Plano.

1996	1997	1998	1999	2001	2002
11,7%	6,6%	5%	(-1%)	-	-

Fonte: PNUD, 1999.

Assim, pese embora se verifique certa discrepância⁸, é notória uma desaceleração do PIB. O crescimento da produção, entretanto, tem sido

feito à custa do crescimento da produção petrolífera (como é mostrado no quadro abaixo) e, ultimamente, diamantífera.

Quadro 4 PIB e produção petrolífera

Designação	1994	1995	1996	1997	1998a)	1999b)
PIB (milhões de USD)	4060	5059	6617	7645	73506	5801
Produção petrolífera (barris diários)	555400	616564	689090	713030	738597	764189
Rendimento do preço como % do PIB	37,4	26,2	39,7	30,1	17,7	21,2
Preço do petróleo (USD por barril)	15,3	16,6	20,4	18,6	12,0	15,4

a) estimativas; b) projecções.

Fonte: Autoridades Angolanas e estimativas do FMI.

Angola, cuja produção diária no ano 2000 ascendeu a 781 000 barris/dia, é o quarto maior produtor de petróleo do continente africano e detém importantes reservas em águas profundas.

A produção não petrolífera de 1995 a 2000 experimentou em alguns itens um ligeiro acréscimo, sendo o aumento mais espectacular o da cerveja, que passou de 27 983 quilolitros para 193 131, cerca de sete vezes mais. No entanto, deve referir-se que a produção de 1995 representa 34 por cento da de 1991.

1.3. A economia informal

Grande parte da população das cidades vive da chamada economia informal. Considera-se o sector informal aquele que não tem vínculos institucionais legais com o aparelho administrativo do Estado e não goza de quaisquer apoios do sistema jurídico nem do sistema financeiro. Uma parte, contudo, dos operadores no sector informal está igualmente no sector formal da economia, constituindo assim um agregado secundário. Emília Fernandes⁹ destaca três causas fundamentais no desenvolvimento da economia informal: a) sucessivos e inacabados programas de reformas económicas, provocando despedimento maciço de trabalhadores devido à privatização; b) êxodo maciço das populações devido à guerra; e c) desvalorização do capital humano na função pública, devido aos baixos

salários. Em Luanda, a economia informal distribuía-se sobretudo pelo comércio retalhista (86,7 por cento), os serviços (3,2 por cento), os transportes (1,7 por cento) e a agricultura (1,5 por cento)¹⁰.

De acordo com estudos de Mário Adauta de Sousa, a mão-de-obra preferencial para a economia informal vem de forma crescente da função pública. Entre 1992 a 1995 a representação desse sector evoluiu de 32 para 51,8 por cento), enquanto no último ano em análise o sector privado contribuía com 42 por cento.

Os baixos salários (72 por cento) têm sido a causa fundamental da deslocação para a economia informal, mas, ultimamente, outros sintomas de crise na economia têm tornado a economia informal mais atractiva. Assim, 9 por cento dos ingressos são devidos a despedimentos, enquanto o fecho de empresas é responsável por 14 por cento dos ingressos.

Trata-se de uma economia que gera entretanto uma poupança positiva, apesar de 54 por cento das famílias envolvidas serem realmente pobres, contra uma poupança negativa no sector formal. No entanto observa-se «... uma enorme distorção de critérios de valorização do capital humano em termos de mercado de trabalho», funcionando igualmente como «refúgio de actividades marginais» (kinguilas¹¹, ambulantes, zungas¹²) e onde predominas as micro e auto-empresas.

Cálculos efectuados em Luanda na base de inquérito conduzidos pelo IPA, Instituto de Pesquisa de Angola, dão conta de que em 1995 «o sector informal absorve 66 por cento do rendimento anual e consome 44 por cento da despesa», significando que a sua contribuição para o rendimento dos agregados familiares é superior ao do sector formal da economia¹³.

1.4. Capital humano

As poucas aplicações na educação e saúde mostram que o investimento em capital humano é exíguo em Angola. Grande parte das crianças em idade escolar está fora do sistema de ensino e há uma grande taxa de analfabetismo em sectores da população activa. Para além da destruição de infra-estruturas escolares, o Estado não tem construído o suficiente para absorver as crianças em idade escolar. Centenas de milhares de crianças

que permanecem em campos de deslocados devido à guerra não têm tido idêntica oportunidade de estudo. As alternativas do sector privado apenas beneficiam estratos muito limitados da população em virtude dos elevados preços que são praticados. O país gasta muito dinheiro em bolsas de estudo e investe pouco internamente.

O mesmo diagnóstico é patente no sector da saúde, onde há uma clara degradação de infra-estruturas, preços bastante elevados no sector privado, falta de ética médica, medicamentos caros e vendidos no mercado paralelo sem condições de higiene e segurança.

Tal situação tem provocado elevados níveis de mortalidade e morbilidade infantis, de mulheres grávidas e bastantes mortes em patologias já ultrapassadas na maior parte dos países e anteriormente extintas também em Angola. Malária, tuberculose, doença do sono, poliomielite são patologias que têm aumentado os níveis de mortalidade no país, e às quais se devem acrescentar as novas patologias como o HIV/SIDA. Também aqui na saúde o país tem privilegiado o tratamento no exterior, menosprezando a criação de estruturas internas de desenvolvimento do sector.

Se adicionarmos à presente situação a ausência de uma assistência social capaz de integrar os cidadãos no processo produtivo, resulta que os factores relacionados com o capital humano têm sido claramente desprezados em Angola, quando estes são hoje considerados o motor do desenvolvimento em qualquer país.

Tal situação tem sérios reflexos na força de trabalho. Por um lado, não é possível formar os perfis profissionais adequados, por outro, há sérias consequências de absentismo.

A função pública exprime esta degradação da força de trabalho, como fica patente no quadro abaixo no tocante à exiguidade de quadros superiores.

Quadro 5 Distribuição do emprego da administração pública por categorias e género (Março 1998)

Designação	Número	% sobre o total	Distribuição por género (%)	
			Mulher	Homem
Técnicos superiores	6803	3,5	27,4	72,6
Profissionais técnicos	664	0,3	22,3	77,7
Técnicos médios	45 070	23,0	34,4	65,6
Pessoal administrativo a)	67 650	34,6	41,9	58,1
Pessoal de apoio b)	75 599	38,6	43,2	56,8
<i>Total</i>	195 786	100,0	40,0	60,0

a) Inclui escriturários e outros oficiais (11,3%) e dactilógrafos ou operadores de computador (19%).

b) Inclui pessoal de apoio administrativo (16,6%), pessoal de limpeza (9,5%), operários especializados e não especializados (11,3%) e diversos.

Fonte: Tony Hodges, *ob. cit.*, segundo dados do MAPESS.

Regista-se concomitantemente uma quebra do emprego no funcionalismo público e sua transferência para o mercado informal onde os níveis de protecção social são exíguos, num contexto em que a população activa tem crescido. No ano 2000, a referida população está estimada em 1 770 321 empregados¹⁴, ou seja, 13,4 por cento da população total.

Quadro 6 Principais índices económicos e sociais de Angola

Índices económicos e sociais	Países	
	Angola	Subsara
IDH	405	464
Esperança de vida à nascença (anos)	46,50	48,90
PIB <i>per capita</i> (USD)	220	500
PIB/IDH ranking	-34	-
Total dívida/PIB	77,7	169,1
Total serviço da dívida/PIB	7,9	29,0
Crescimento anual da agricultura	-4,3	5,2
Crescimento anual dos serviços	-2,8	-3,0
População sem rendimento suficiente (%)	70	60
População urbana vivendo abaixo da linha da pobreza (1997) (%) ⁶⁷		-
% População com menos de 20 anos (1998)	64,6	-

Fontes: World Bank, Countries Data Profile e PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2000.

Estes factores conjugados vêm provocando quedas crescentes de produtividade ano após ano. Não é pois de estranhar a fraca *performance* dos indicadores socioeconómicos comparados com a média da África Subsariana, o que desfaz as dúvidas relativamente ao facto de Angola ser considerado um país rico.

2. O debate sobre a reconstrução nacional: da emergência ao desenvolvimento

O quadro socioeconómico coloca ao país o enorme desafio da reconstrução pós-conflito. A análise da tríplice emergência, reconstrução e desenvolvimento no caso angolano permite identificar uma emergência¹⁵ inconsequente durante a guerra misturada com tentativas de reconstrução e estabilização¹⁶ da economia sem qualquer preocupação de coerência, e prenhe de oportunismo. De facto, a emergência não teve qualquer preocupação em criar sustentabilidade económica (a chamada ajuda humanitária¹⁷ baseia-se fundamentalmente na distribuição alimentar, com certa intervenção nutricional e de atribuição de meios precários de habitabilidade sem atender à utilização máxima dos recursos internos, nem

ao reforço do capital humano e das condições futuras de trabalho) e a reconstrução consistiu em projectos esparsos sem atender a um programa integrado visando o desenvolvimento.

Ainda não existe um balanço exaustivo dessas tentativas de insuflar alguma obra enquanto o esforço fundamental do Governo esteve concentrado na guerra, com dupla função de manutenção de poder político e constituição do poder económico¹⁸.

Após o 4 de Abril de 2002 começaram a desenhar-se as perspectivas internas de reconstrução. Com efeito, a 13 de Março, o Programa de Paz do Governo refere a intenção de convocar uma «conferência de doadores» e o primeiro acto do Executivo em seguida foi aprovar um plano de reconstrução de estradas, vias rodoviárias e pontes, como sinal da sua política de reconstrução. O Governo vem privilegiando a linha da reconstrução física, para a qual só necessita de auxílio de consultores externos para elaborar os projectos de financiamento internacional. A perspectiva é simples: voltar a construir o que foi destruído pela guerra e – honremos a natureza predatória do actual regime¹⁹ – pela gestão ruínosa. A reconstrução de Angola não implica nessa óptica a existência de um plano global nacional formulado na base de consensos sociopolíticos. Repete-se aqui o furor ilusório do pós-independência, em que, depois de se ter observado a queda de importantes indicadores económicos, se pretendeu²⁰, como objectivo de política económica, alcançar as metas observadas em 1973 como se estivéssemos no mesmo contexto político, económico e social e não se relevasse a profunda alteração dos agentes económicos e sociais²¹ e as necessidades subjacentes à africanização da sociedade de então. Hoje o motor do entusiasmo da reconstrução física, que impede uma mudança de comportamento da actual classe política, são os ganhos de curto prazo²².

Em contrapartida, uma outra linha de abordagem sugere a necessidade de um amplo consenso nacional (a reconstrução é um conceito central que interfere simultaneamente nas esferas política, económica e social e é atreita ao devir do desenvolvimento, contrariamente à ideia anterior da «betonização» do país). A ideia da absoluta necessidade de um consenso para a reconstrução é defendida em livro recentemente lançado pelo

economista Alves da Rocha e acolhida com outros desenvolvimentos pelos sectores da oposição política²³, da sociedade civil e das igrejas.

Na verdade, a magnitude dos problemas de Angola, atrás parcialmente diagnosticados elevou o debate político-cívico extragovernamental à ideia de que, entre as diferentes reconstruções a fazer, a que assume prioridade absoluta, e constitui o aspecto central da questão, é a *reconstrução do homem angolano*. Isto implica a necessidade de uma abordagem multidimensional e uma óptica de apropriação endógena. Para tal, a participação da sociedade civil na elaboração das linhas mestras que devem enformar o plano de reconstrução nacional, bem como dos objectivos e prioridades, é decisivo. Um aspecto fundamental da reconstrução do homem inerente à presente abordagem, e ligada ao aspecto económico, tem a ver com a reconstituição do «capital humano» como preocupação urgente do plano de reconstrução. Aplicações de fundos tendentes a preservar o homem²⁴, estruturar a sua função na sociedade e criar as condições da sua evolução significa elevada e imediata preocupação com investimentos em saúde e educação, bem como em assistência social. O desvio de investimentos para a produção de energia e água (actualmente não chegam a 1 por cento do PIB), para a agricultura (hoje menos de 5 por cento do PIB) e para a indústria ligeira numa óptica de capital extensivo permitirá criar empregos em massa. Nesse sentido, a desaceleração de investimentos na indústria de extracção petrolífera e a transformação dos excedentes daí resultantes para o financiamento da economia representam uma medida que se afigura indispensável. Os parâmetros em torno dos quais se planeará o crescimento económico, na base dessa óptica, impõem que sejam os indicadores sociais.

Estas ideias, que se geram nos sectores extragovernamentais, implicam a necessidade de existir uma *visão consensual para Angola*, visão essa que deve enformar um qualquer plano de reconstrução o que torna absurdo existir uma «conferência de doadores» sem que a nação saiba o que pretende fazer de si própria.

3. O interesse internacional

Em que perspectiva alinhará a comunidade internacional, aqui entendida como o conjunto dos grandes blocos político-económicos e financeiros?

Quando se desenvolvia a recente guerra no Afeganistão, circulou na Internet um importante documento proveniente de certos círculos norte-americanos que se insurgia contra outros sectores da sociedade americana pelos facto de estes estarem a privilegiar o debate em torno de questões como os direitos humanos, a preservação da sociedade afegã, etc., quando o mais importante seria olhar para a reconstrução económica do Afeganistão no pós-guerra. Na realidade, a guerra abria amplas oportunidades de intervenção económica forânea em virtude do seu impacte destrutivo em recursos humanos e materiais.

Também em 1991, aquando da paragem do conflito militar como consequência dos Acordos de Bicesse, surgiram no estrangeiro várias publicações mostrando as potencialidades económicas de Angola, e incitando os investidores quase como fazia Salazar em 1961, embora a propósito do início da guerra colonial («Para Angola, rapidamente e em força!»). Ainda recentemente, e na sequência da actual «paz militar», um diplomata português, António Monteiro, referia-se, em tom positivo, à «capacidade de liderança» de Angola no presente contexto africano.

As várias intervenções internacionais em Angola têm conjugado sobretudo interesses geostratégicos com interesses económicos precisos²⁵, do que resultou a guerra e a mineralização da economia. As ajudas humanitárias e a «cooperação» têm funcionado sobretudo como capital de influência para a dinamização das relações económicas internacionais numa perspectiva exógena. Ao contrário de Angola, que não tem uma estratégia de desenvolvimento própria, nem sequer consensos sobre política externa, o exterior sabe exactamente o que pretende de Angola²⁶. Por isso pode conflitar (relação bilateral) e harmonizar (através dos organismos internacionais: sistema das Nações Unidas e instituições económicas e financeiras internacionais) os seus interesses e conduzir a sua intervenção global.

No que se refere a reacções recentes, muitos países acolheram positivamente o apelo para uma «conferência de doadores», o Banco Mundial fez já deslocar uma equipa técnica para ajudar o Governo angolano a elaborar o plano de reconstrução nacional e a União Europeia desbloqueou os fundos dos antigos FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento), e ainda em Junho fez deslocar uma missão de alto nível para contactos sobre o desenvolvimento de Angola, pretendendo abordar vários sectores da vida social. São várias as intenções de relações bilaterais. A Itália, por exemplo, disponibilizou fundos e aguarda que o Governo de Luanda elabore os projectos para utilizar o dinheiro. Os países do Oriente vêm desenvolvendo uma política agressiva de relações económicas criando mais um pólo de influência que alarga a interdependência do país.

Não restam pois dúvidas de que renasce o interesse por Angola. Mais difícil de aquilatar é se esse interesse será extensível aos Angolanos.

As recentes tendências no plano internacional (Europa e EUA), que pretendem fazer da política de cooperação um mero aspecto da política externa, esta, por sua vez, com um forte pendor de «segurança», numa óptica de combate ao terrorismo, como o «bem público internacional» prioritário, mostram que as questões relativas à saúde e educação (logo, às raízes da pobreza) passarão para um plano subalterno. Essa tendência, conduzida pelo G-8, e que tem vindo a ser reafirmada em sucessivas cimeiras europeias, como as de Nice e de Sevilha, recusa-se a integrar na solução dos problemas a sua verdadeira dimensão humana.

A objectividade da situação aponta, pois, para a forte possibilidade de uma parte significativa da comunidade internacional vir a inclinar-se para a linha de intervenção que privilegie a reconstrução física, onde encontrará como parceiro o actual Poder instalado²⁷.

O novo conceito de «parceria» (Acordos de Cotonou e NEPAD), introduzido nas relações económicas internacionais numa tentativa de ultrapassar o modelo pós-colonial que enformou os Acordos de Lomé, poderia fazer supor uma preocupação mais real face aos grandes problemas que afectam os países pobres e têm sido objecto de grandes manifestações de

descontentamento por parte de movimentos da sociedade civil dos países do hemisfério norte. Contudo, tal questão não se afigura líquida.

4. Conclusão

Prevê-se, assim, face à inexistência de uma visão nacional para a reconstrução de Angola, uma luta extremamente acesa, cujos resultados, em termos de modelo de crescimento socioeconómico, poderão desembocar num modelo de desenvolvimento de tipo «latino», mais retrógrado e propiciador de profundas clivagens sociais, como é o caso do Brasil. No lugar de uma visão de fundo da reconstrução, prevalece uma visão imediatista e *marketista* de elites apostadas em estar o mais distante possível da «ralé». A menos que a sociedade ganhe a batalha de um consenso nacional²⁸, ideia pouco simpática aos técnicos das instituições financeiras internacionais e aos países que comandam a globalização, vamos assistir à implementação de uma política de estabilização com sérios danos sociais e a uma reconstrução centrada nos interesses imediatos dos sectores internos e externos, com desprezo absoluto pela reconstituição do tecido social.

NOTAS

¹ Ver igualmente do autor «A Dimensão socioeconómica das reformas económicas em Angola» para a Conferência da CGSILA (Central Geral dos Sindicatos Independentes e Livres de Angola), 2002.

² Indicadores de Desenvolvimento Humano in *Índice de Desenvolvimento Humano 2001*, PNUD, p. 141.

³ Para se ter uma ideia do potencial do país e o sentido da queda praticamente absoluta do ferro, registre-se que «em 1963 as reservas comprovadas de minério de ferro, na área de Cassinga, com teor de 68 por cento, eram superiores a 50 milhões de toneladas». Comunicação apresentada no *workshop* sobre indústria extractiva e conflito, e intitulada *Indústria Extractiva e Conflito em Angola*, Douala, Rep. dos Camarões, Maio 2001, p. 3.

⁴ Aqui apenas está considerada a venda oficial. Se adicionarmos a venda não oficial (onde se inclui a chamada gemno-rebeldia), fica claro que a oferta de diamantes sofreu idêntico incremento, razão por que se diz que Angola tem uma economia mineral.

⁵ Estimativa do produto interno bruto por ramos de actividade económica, ponto 1, compilação do Ministério do Plano, Direcção de Estudos e Planeamento/Departamento de Contas Nacionais, Março 2002.

⁶ 1 USD = 40 K (BNA).

⁷ Os números entre parêntesis são relativos a 1999 e foram retirados da brochura do GURN, *Percentages Structures of GDP*, Luanda, 1999, p. 46.

⁸ Estimativas divulgadas pelo mesmo Departamento do MINPLAN e insertas no *Monograph of the Republic of Angola*, publicadas pelo GURN, 2000, p. 41, eram menos optimistas para os anos de 1998 e 1999, cujos números índices eram 105,6 e 108,0. Constata-se que as informações, sobretudo sobre a «agricultura e silvicultura», passaram nas novas estimativas a ter melhor pontuação.

⁹ Emília Fernandes, «O sector informal como estratégia de redução da pobreza», in *Anais das III Jornadas Técnico-Científicas da FESA*, p. 246, Emília Fernandes é a secretária-geral da Rede Mulher.

¹⁰ Mário Adauta de Sousa, *Contribuição para o Conhecimento do Sector Informal*, Luanda, Julho 1997, p. 49.

¹¹ Compra e venda de divisas no mercado paralelo. O termo vem do quimbundo: espera.

¹² Mulheres quer percorrem diariamente a cidade vendendo os seus produtos.

¹³ Mário Adauta de Sousa, *ob. cit.*

¹⁴ *Informação da Semana Nacional de Estatística*, Março de 2002, p. 40: «A população total está estimada em 13 300 mil pessoas em 2000, contra 12 590 em 1998.»

¹⁵ Durante a última guerra, dois factos agravaram substancialmente a situação humanitária no país: o impedimento de ajuda humanitária a zonas controladas pelo Governo, mas sob estrito controlo militar (algumas delas zonas de exploração ilegal de diamantes); e a não existência de corredores humanitários e o conseqüente não acesso às zonas da UNITA, onde nem sequer as crianças tiveram acesso à vacina da pólio, sob a complacência das Nações Unidas.

¹⁶ Tentou-se implementar o PRC (Programa de Reconstrução Comunitária) resultante da Conferência de Bruxelas de 1996, monitorizado pelo Fundo Monetário Internacional, e com abundante consultoria externa. O PRC simbolizava, no dizer do então comissário europeu, o português João de Deus Pinheiro, o «ponto de não retorno» (em relação à guerra). Foram executados vários programas de estabilização económica, sendo que os últimos tiveram como objectivo de política económica a redução da inflação. O FMI exigiu sempre o pagamento do serviço da dívida externa (30 por cento do OGE), tornando impossível a existência de qualquer poupança para o financiamento do crescimento.

¹⁷ Este tipo de intervenção em Angola não tem nada a ver com a qualidade da ajuda humanitária prestada, por exemplo, à Bósnia, cujo drama os Europeus se habituaram a acompanhar diariamente nos ecrãs da televisão.

¹⁸ A guerra jogou um papel duplo para o partido no Poder. No campo político, permitiu o enfraquecimento do maior adversário político da oposição, e, no campo económico, a transferência dos factores económicos, até então concentrados no Estado, para as camadas superiores e intermédias do partido no Poder e respectivas clientelas (uma espécie de acumulação primitiva de capital planificada politicamente: apropriação da renda petrolífera, benefício nas privatizações através de ajuste directo, financiamento sem retorno, como no caso do Banco CAP, aquisição de terrenos a custos baixíssimos, concessões para gestão de empresas a preços irrisórios e com impostos insignificantes, etc.). O perfil das novas relações sociais emerge, por conseqüência, do clima de violência, o que marcará decisivamente a estrutura comportamental dos actuais dirigentes e o conseqüente processo político.

¹⁹ Há centenas de infra-estruturas nas cidades, patente aliás na desindustrialização, que se encontram destruídas e abandonadas não devido à guerra, mas por obra da erosão da má gestão.

²⁰ Decisões do *bureau* político do MPLA.

²¹ Um elemento incontornável foi a saída do país dos quadros que asseguravam a economia colonial, alterando a relação mão-de-obra qualificada e a outra. A saída em massa dos quadros coloniais alterou igualmente a estrutura de consumo do país. Só por aqui é fácil de observar como o objectivo de «voltar a construir 1973» permitiu introduzir sérias disfunções na economia.

²² Foi este comportamento que criou a crise nos aquartelamentos, onde têm falecido mais de cinco pessoas por dia devido à escassez de bens alimentares. Os interesses em torno de grandes importações retardaram a aquisição de bens no mercado interno e a procura de mercados mais próximos.

²³ A Cimeira Multipardária da Oposição organizada pelos POC – partidos da oposição civil – discutiu, de 28 a 30 de Maio, em Luanda, entre outros temas, um informe sobre os Princípios da reconstrução de Angola apresentado pelo autor. Também 27 organizações da sociedade civil, incluindo igrejas, discutiram a «reconciliação e a reconstrução», sob os auspícios da Rede da Paz e com o apoio da Fundação Friedrich Ebert, nos dias 29 a 31 de Maio, em cujas conclusões se enfatiza a necessidade de humanizar a reconstrução.

²⁴ Como primeiro passo, é preciso estancar imediatamente a elevadíssima taxa de mortalidade.

²⁵ Cerca de dez por cento do petróleo bruto adquirido pelos EUA no exterior a de proveniência angolana. Angola e Nigéria conjuntamente absorvem, por sua vez, cerca de 30 por cento dos investimentos directos norte-americanos em África.

²⁶ Há mais estudos feitos no exterior do que no interior sobre Angola. A informação no exterior está também mais bem sistematizada, e até laboratorizada em círculos estratégicos, e é de fácil acesso aos principais decisores políticos e económicos. O próprio acesso à informação oficial do país tem sido mais para estrangeiros integrados em missões das organizações internacionais e das Nações Unidas, ou outros consultores contratados pelo Governo e pelas empresas públicas, do que para os técnicos nacionais. A própria classe política nunca teve acesso a um relatório de contas integral e final, pois as mesmas não são publicadas. Paradoxalmente [na realidade tem isto a ver com o fraco grau de abertura democrática, com a política do secretismo na Administração instilada pelo partido único e o (des)interesse da *intelligentsia*] a intelectualidade angolana intervém e escreve mais no e para o exterior do país do que para o seu próprio país. As livrarias em Angola, e mesmo as bibliotecas, não possuem sequer cinco por cento das obras que saem sobre Angola no exterior, incluindo as escritas por angolanos.

²⁷ Aliás, o Presidente Eduardo dos Santos, ao discursar no dia 10 de Junho de 2002 para os diplomatas angolanos, admitiu que «certa comunidade internacional» que pretendia um desfecho diferente para a resolução do conflito angolano não viu contemplados os seus interesses no país, pelo que agora vem lançando uma campanha de descrédito sobre as instituições (referia-se ao famigerado caso «Angolagate», em que se admite que indivíduos detendo importantes posições no aparelho de Estado, entre eles o próprio Presidente, terão aberto contas em seu nome pessoal com dinheiro do Estado angolano). Tal posição do Presidente Eduardo dos Santos admite a existência de outros países que colaboraram no desfecho pretendido pelo Governo, e que serão certamente compensados ainda mais nesta fase de reconstrução.

²⁸ No dizer do académico brasileiro Aloísio Teixeira, em *O Ajuste Impossível* (1993). «esta é uma questão que foge à compreensão da actual geração de economistas, cujos horizontes analíticos não ultrapassam a noção de mercado, de

competitividade, de modernidade, do capitalismo em sua forma pura. Escapa-lhe a ideia de que o que deve ser objecto de estudo é a *formação social como um todo*, no complexo emaranhado de seus dramas, não apenas económicos, mas principalmente sociais e políticos, e dos quais problemas económicos como crescimento e inflação não passam de epifenómenos. Não pode haver solução para estes problemas sem um reordenamento profundo, social e político, da sociedade brasileira» (p. 163). Assim também é o entendimento, por nós, da actual problemática da reconstrução de Angola.